

I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão. Conselho de Administração e Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31/12/2016				V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM MILHARES DE REAIS)							
II - BALANÇO PATRIMONIAL (EM MILHARES DE REAIS)											
ATIVO	31/12/2016		31/12/2015			01/07/2016 a 31/12/2016		01/01/2016 a 31/12/2016		01/01/2015 a 31/12/2015	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		(Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015	(Reclassificado)	01/01/2015 a 31/12/2015	
CIRCULANTE	467.468	369.270	173.191	137.193	RESULTADO DO EXERCÍCIO	11.387	21.807	11.387	17.926		
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	8.212	10.961	95.650	70.194	Resultado do semestre/exercício	7.701	18.614	7.701	15.748		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	61.083	16.496	52.703	39.898	AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.686	3.193	3.686	2.178		
Carteira Própria	61.083	16.496	42.947	30.296	Provisão para operações de crédito	3.619	2.173	3.619	2.701		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	208.921	173.958	55.704	46.873	(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	98	99	98	(934)		
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	8	17	176	Depreciação do imobilizado de uso	287	570	287	565		
Correspondentes no país	171	307	55.687	46.697	Amortização do intangível	369	679	369	585		
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	208.749	173.643	1.282	1.204	Baixas do ativo permanente	21	21	21	28		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	179.049	158.810	1.282	1.204	Provisão para passivos contingentes	154	145	154	27		
Operações de Crédito	189.032	168.031	4.092	5.027	Destinações ao FATES	(645)	(645)	(645)	(590)		
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.983)	(9.221)	4.092	5.027	Dividendos SicrediPar	(217)	151	(217)	(204)		
OUTROS CRÉDITOS	10.092	9.020	16.463	13.895	VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(71.251)	13.927	(71.251)	45.674		
Créditos por Avals e Fianças Honorários	97	51	13.895	13.895	(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(315)	(1.340)	(315)	(74)		
Rendas a Receber	979	1.635	45	43	(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(43.209)	(44.587)	(43.209)	1.482		
Créditos Específicos	149	130	1.564	1.241	Aumento (Redução) em relações interfinanceiras ativas	3.540	7	3.540	(7)		
Diversos (NOTA 08)	9.173	7.411	964	841	Redução em créditos vinculados	80	-	80	-		
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(306)	(207)	13.890	11.770	(Aumento) Redução em relações com correspondentes	36	136	36	(33)		
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	111	25			(Aumento) em operações de crédito	(41.836)	(18.486)	(41.836)	(9.958)		
Outros Valores e Bens	223	156			(Aumento) Redução em relações passivas	13.104	6.870	13.104	8.598		
(Provisão para desvalorização)	(156)	(156)			(Aumento) em outros créditos	(921)	(1.237)	(921)	(27)		
Despesas Antecipadas	44	25			(Aumento) Redução em outros valores e bens	53	(87)	53	2		
NÃO CIRCULANTE	82.172	84.494	285.171	241.504	Aumento (Redução) em depósitos	(2.620)	71.085	(2.620)	43.727		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	64.472	67.142	285.171	241.504	Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(149)	78	(149)	352		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUEZ (NOTA 05)	1.415	74	282.515	236.886	Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.287)	(935)	(1.287)	492		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.415	74	282.515	236.886	Absorção de dispêndios pelo FATES	(454)	(841)	(454)	(631)		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	63.057	66.984	2.656	4.618	Aumento em outras obrigações	2.727	3.264	2.727	1.751		
Operações de Crédito	70.344	72.860	2.656	4.618	ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(59.864)	35.734	(59.864)	63.600		
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.287)	(5.876)			Aquisição de Imobilizado de Uso	(324)	(404)	(324)	(756)		
OUTROS CRÉDITOS	-	84			Aplicações no Intangível	(230)	(1.215)	(230)	(1.669)		
Diversos (NOTA 08)	-	84			ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(554)	(1.619)	(554)	(2.425)		
PERMANENTE	17.700	17.352			Integralização de capital	(227)	862	(227)	1.079		
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	10.854	10.854			Baixa de capital	(1.227)	(2.254)	(1.227)	(2.529)		
Outros Investimentos	10.854	10.854			Juros ao capital próprio	(102)	(102)	(102)	(57)		
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	2.490	2.677			Distribuição de Sobras	-	(264)	-	(211)		
Imóveis de Uso	746	746			ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(897)	(1.758)	(897)	(1.718)		
Outras Imobilizações de Uso	7.156	6.939			AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(61.315)	32.357	(61.315)	59.457		
(Depreciação acumulada)	(5.412)	(5.008)			Caixa e equivalente de caixa no início do período	278.276	184.604	278.276	125.147		
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.356	3.821			Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	216.961	216.961	216.961	184.604		
Outros Ativos Intangíveis	7.703	6.488									
(Amortização acumulada)	(3.347)	(2.667)									
TOTAL DO ATIVO	549.640	453.764	549.640	453.764							

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

III - DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
	INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	31.792	-	31.792	62.452	-	62.452	54.334	1
Operações de Crédito	28.726	-	28.726	57.978	-	57.978	51.467	1	51.468
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3.066	-	3.066	4.470	-	4.470	2.855	-	2.855
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	4	-	4	12	-	12
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(27.573)	(166)	(27.739)	(48.948)	(301)	(49.249)	(40.274)	(245)	(40.519)
Operações de Captação no Mercado	(18.990)	(24)	(19.014)	(35.683)	(40)	(35.723)	(28.221)	(34)	(28.255)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.638)	(142)	(1.780)	(3.420)	(261)	(3.681)	(2.537)	(211)	(2.748)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.945)	-	(6.945)	(9.845)	-	(9.845)	(9.516)	-	(9.516)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.219	(166)	4.053	13.504	(301)	13.203	14.060	(244)	13.816
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	421	2.277	2.698	611	4.722	5.333	(2.287)	4.691	2.404
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.917	4.188	7.105	5.474	7.703	13.177	4.567	4.722	9.289
Rendas de Tarifas Bancárias	2.447	-	2.447	4.834	-	4.834	3.687	1	3.688
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.355)	(889)	(11.244)	(20.424)	(1.530)	(21.954)	(17.814)	(1.384)	(19.198)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 22)	(5.757)	(841)	(6.598)	(11.237)	(1.563)	(12.800)	(10.037)	(1.467)	(11.504)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(14)	(202)	(216)	(38)	(369)	(407)	(26)	(226)	(252)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	19.599	410	20.009	35.577	1.161	36.738	25.798	3.570	29.368
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(8.416)	(389)	(8.805)	(13.575)	(680)	(14.255)	(8.462)	(525)	(8.987)
RESULTADO OPERACIONAL	4.640	2.111	6.751	14.115	4.421	18.536	11.773	4.447	16.220
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	17	1	18	77	1	78	(176)	(2)	(178)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.657	2.112	6.769	14.192	4.422	18.614	11.597	4.445	16.042
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	932	932	-	-	-	-	(294)	(294)
Provisão para Imposto de Renda	-	546	546	-	-	-	-	(172)	(172)
Provisão para Contribuição Social	-	386	386	-	-	-	-	(122)	(122)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	4.657	3.044	7.701	14.192	4.422	18.614	11.597	4.151	15.748
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.422	(4.422)	-	4.151	(4.151)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.657	3.044	7.701	18.614	-	18.614	15.748	-	15.748
DESTINAÇÕES	-	-	-	(12.163)	-	(12.163)	(9.853)	-	(9.853)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.461)	-	(4.461)	(3.331)	-	(3.331)
Fates - Estatutário	-	-	-	(645)	-	(645)	(590)	-	(590)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(5.806)	-	(5.806)	(5.305)	-	(5.305)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.251)	-	(1.251)	(627)	-	(627)
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	6.451	-	6.451	5.895	-	5.895

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
Saldos no início do período em 01/01/2015	33.040	24.260	4.327	61.627
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.539	-	(1.539)	-
Destinações para reservas	-	2.577	(2.577)	-
Outras destinações	-	-	(211)	(211)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.079	-	-	1.079
Baixas de capital	(2.529)	-	-	(2.529)
Resultado do período	-	-	15.748	15.748
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(590)	(590)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.305	(5.305)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.274	-	(3.331)	(57)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	627	(627)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	36.403	32.769	5.895	75.067
Mutações do Período	3.363	8.509	1.568	13.440
Saldos no início do período em 01/01/2016	36.403	32.769	5.895	75.067
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.985	-	(1.985)	-
Destinações para reservas	-	3.646	(3.646)	-
Outras destinações	-	-	(264)	(264)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	862	-	-	862
Baixas de capital	(2.254)	-	-	(2.254)
Resultado do período	-	-	18.614	18.614
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(645)	(645)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.806	(5.806)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.359	-	(4.461)	(102)

(aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio.....	223	156
Veículos e afins	67	-
Bens em regime especial	156	156
Despesas antecipadas	44	25
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(156)	(156)
Total Circulante	111	25

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 156 (2015 - R\$ 156) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	6.071	6.071
Sicredi Participações S.A.	4.782	4.782
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	10.854	10.854

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas ..	1.551.444 ON 3.230.466 PN	1.551.444 ON 3.230.466 PN	1 1	1 1	6.070.603 6.070.603	6.070.603 6.070.603
Participação de percentual	0,55%	0,59%	0,63%	0,72%	1,73%	1,77%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	4.782	4.782	1	1	6.071	6.071

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de Depreciação %	Custo Original	Depreciação/Amortização acumulada	2016		2015	
				Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	7.902	(5.412)	2.490	2.677	-	-
Terrenos	-	128	-	128	128	-	-
Edificações	4%	618	(300)	318	342	-	-
Instalações	10%	1.585	(1.320)	265	301	-	-
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.871	(1.209)	662	754	-	-
Sistema de comunicação	10%	120	(84)	36	36	-	-
Sistema de processamento de dados	20%	2.999	(2.185)	814	893	-	-
Sistema de segurança	20%	367	(255)	112	107	-	-
Sistema de transporte	10%	214	(99)	115	116	-	-
Intangível (i)	5% a 15%	7.703	(3.347)	4.356	3.821	-	-
Investimentos Confederação	-	7.703	(3.347)	4.356	3.821	-	-
Total	-	15.605	(8.759)	6.846	6.498	-	-

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no subgrupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPOSITOS

Depósitos	2016			2015	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	52.703	-	-	52.703	39.898
Depósitos a prazo	21.033	21.914	282.515	325.462	267.182
Total	73.736	21.914	282.515	378.165	307.080

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	55.687	46.697
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	55.687	46.697
Total circulante	55.687	46.697
Recursos do Crédito Rural	2.656	4.618
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.656	4.618
Total exigível a longo prazo	2.656	4.618

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/05/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	4.092	5.027
Cooperativa Central Sicredi Sul	4.092	5.027
Total circulante	4.092	5.027

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	233	539
Obrigações por convênios oficiais	4	13
Provisão para pagamentos a efetuar	3.924	3.465
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	357	211
Provisão para coobrigações (i)	1.866	1.587
Pendências a regularizar	4	187
Operações com cartões	5.639	4.243
Demais fornecedores	488	444
Credores diversos	1.375	1.084
Total circulante	13.890	11.770

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	154	164	-	318
Cível	58	35	(54)	39
Total	212	199	(54)	357

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	318	154
Cível	Provável	39	58
Total	-	357	212

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 205; R\$ 1.530 e R\$ 5 (2015 - R\$ 214, R\$ 159 e R\$ 5), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	41.355	36.403
Total de associados	57.270	57.385

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.952 (2015 - R\$ 3.363), sendo R\$ 6.344 (2015 - R\$ 4.813) via integralização de resultados e R\$ 862 (2015 - R\$ 1.079), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.254 (2015 - R\$ 2.529).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 12% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.461 mil, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS ("Cooperativa") é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 21/09/1919 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi. O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais - acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") - a Confederação Interstadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação conjunta com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez; de parcela de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 10, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram representados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos, rubrica de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta", os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo representados.

Além dos valores acima, foram representados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	369.354	(84)	369.270
OUTROS CRÉDITOS	9.104	(84)	9.020
Diversos	7.495	(84)	7.411
Ativo Não circulante	84.410	84	84.494
OUTROS CRÉDITOS	-	84	84
Diversos	-	84	84
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	2.404	-	2.404
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	9.476	(187)	9.289
Rendas de Tarifas Bancárias	3.501	187	3.688
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	45.748	(74)	45.674
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.499)	74	(2.425)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Referem-se operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de venda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidos dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e na consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro-rata* dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e

Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio ...	18.614	15.748
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.818)	(6.614)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	10
Provisão resgate milhas cartão	(4)	44
Provisão de PPR	13	-
Receita com atos cooperativos	5.961	4.639
Juros sobre o capital próprio	1.874	1.332
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	260
Outros	(26)	35
Subtotal	7.818	6.320
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(294)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.415	74
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	61.083	16.496
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	208.749	173.643
Outros Créditos - Rendas a receber	689	1.127
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.157	1.806
Investimentos (Nota 10)	10.854	10.854
Intangível (Nota 11)	4.356	3.820
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiras (Nota 13)	58.343	51.237
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	4.092	5.025
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	5.502	4.196
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.470	2.855
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	4.196	106
Outros Ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	31.150	22.579
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	3.681	2.748
Outros Dispersões e Despesas Administrativas	605	534
Outros Dispersões Despesas Operacionais (Nota 21)	6.735	6.119

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas-chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	90	0,17%	139
Depósitos a prazo	555	0,17%	190
Operações de crédito	1.616	0,62%	1.289

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas-chave da administração

Pessoas-chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou pós-essa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e após-determinado pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas-chave da administração	1.432	912

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	970	1.322
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	30.118	21.461
Reversão de provisões operacionais	3.552	2.372
Outras rendas operacionais	2.098	4.213
Total	36.738	29.368

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.147	387
Contribuição O.C.E.	93	69
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	206	308
Contribuição Confederação Sicredi	4.970	4.556
Cooperativa Central Sicredi Sul	691	5
Contribuição Sureg	172	132
Encargos da administração financeira	621	435
Repasso Administrador de Cartões	3.644	1.185
Outras provisões operacionais	2.711	1.307
Outras despesas operacionais	14.255	8.987

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 12.800 (2015 - R\$ 11.504), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, aluguéis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	72.695	70.136
Coobrigações em cessões de crédito	3	3
Total	72.698	70.139

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a prazo de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às

melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

- Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:
- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
 - Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
 - Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
 - Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
 - Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o monitoramento contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;

- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pre-estabelecidos sistemicamente. O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
Capital qualificado de Nível I pode ser detalhado		
o conforme segue:		
Capital principal - CP	89.331	74.133
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	43.472	32.769
Lucros acumulados	6.451	5.895
Ajuste patrimonial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.946	934
Total do capital qualificado	89.331	74.133
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	40.810	37.875
Índice sobre o PR considerando o RBAN	23,04%	21,62%
Situação para o limite de mobilização	4.901	5.564
Índice de mobilização (limite 50%)	5,49%	7,51%

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

VII - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Santa Cruz do Sul / RS, 17 de fevereiro de 2017.
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo

em 31 de dezembro de 2016. Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,
Valfredo Mueller - Valfredo Mueller
Conselheiro
Cristiano Antônio da Silva Krug - Cristiano Antônio da Silva Krug
Conselheiro
Salette Wagner - Salette Wagner
Conselheira

Marcio José Algayer Diretor Executivo CPF: 813.764.800-34	Rodrigo Luis Mancuso da Cruz Contador CRC: RS-071614/O-8 CPF: 96.1.880.300-72
Daniele Mann Diretora de Operações CPF: 000.307.405-12	

VIII - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Associados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS
Santa Cruz do Sul - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada

a relatar a este respeito.

Autoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 4 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso,

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria por planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2017

EY
Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/F-6
Dario Ramos da Cunha
Contador CRC - 1SP21414/O-1